

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA
DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL
NO ASSENTAMENTO CERES, JÓIA – RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Camila Saturno

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA
DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO
ASSENTAMENTO CERES, JÓIA – RS**

Camila Saturno

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Prof. Djalma Dias da Silveira

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA
DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO
ASSENTAMENTO CERES, JÓIA – RS**

elaborada por
Camila Saturno

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Djalma Dias da Silveira, Dr.
(Presidente/Orientador)

Toshio Nishijima, Prof. Dr.
(UFSM)

Cibele Gracioli, Prof^a Dr^a
(UFSM)

Santa Maria, 06 de dezembro de 2013.

Quanto mais ignorante, quanto mais inocente
Diante do mundo, tanto melhor para os donos do
mundo,
E quanto mais sabido, no sentido de conhecer,
Tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo

(FREIRE, 1996, p. 40)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO CERES, JÓIA – RS

AUTORA: CAMILA SATURNO

ORIENTADOR: DJALMA DIAS DA SILVEIRA

Local e data da defesa: Três Passos, 06 de dezembro de 2013.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de licitação contratou a Emater/Ascar – RS para desenvolver o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária (ATES) nos assentamentos do Município de Jóia, RS. O ATES tem como objetivo reverter situações críticas de degradação ambiental nas áreas dos assentamentos e responder às demandas legais assumidas frente aos órgãos de fiscalização ambiental. Ressaltando que o Programa ATES faz parte de uma política pública, com recursos oriundos do Incra. O objetivo do trabalho é avaliar os resultados das ações de educação ambiental no dia a dia das famílias do Assentamento Ceres, professores e alunos da escola Conquista 16 de Outubro, através de uma abordagem quantitativa e qualitativa a partir de questionário semiestruturados. Os entrevistados, famílias, professores e alunos, demonstram conhecimento relacionado às questões ambientais, porém, deixam um pouco a desejar nas ações práticas do dia a dia como a questão do lixo, preservação de APPs e nascentes. Todos deixam claro a promoção e participação dos técnicos da Emater em encontros, reuniões e ações de educação ambiental. Conclui-se que os resultados das ações de educação ambiental no dia a dia da comunidade do Assentamento Ceres são considerados bons devido, à maioria das respostas das questões condizerem e relacionarem com a preservação ambiental, porém, entretanto, como relatado não foi possível neste instante mensurar esta relação.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Políticas Públicas. ATES.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Specialization in Environmental Education
Universidade Federal de Santa Maria

THE ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE PROGRAM OF TECHNICAL ASSISTANCE, SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IN GOVERNMENTAL CERES VILLAGE, JÓIA – RS

AUTHOR: CAMILA SATURNO

LEADER: DJALMA DIAS DA SILVEIRA

Place and date of defense: Três Passos, RS, December, 06 de 2013.

The National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) through bidding hired Emater/Ascar – RS for develop the Program of Technical Assistance, Social and Environmental (ATES), inside the governmental villages of Jóiá city, RS. The ATES has as main reverse critical situations of environmental degradation in areas those villages and reply legal demands of environmental agency. Emphasizing that the program (ATES) is a part of the public policy of INCRA. The purpose this work is evaluate the results of environmental education actions on the day to day families from Governmental Ceres Village. Teachers and students of School “Escola Conquista 16 de Outubro”, through of a quantitative and qualitative approach based on semi-structured questionnaire. The interviewed group of families, teachers and students, introduced knowledge about environmental issues, however they leave a little to be desired in the practical actions of day to day as the question of garbage, preservation of Governmental Environmental Areas – APPs and care of the springs. All people left clear about the promotion and participation of coach form Emater in meetings, gatherings and environmental education. In conclusion, the actions results of Environmental Education between day to day inhabitants this place are considered good due most the answers of the issues are showing environmental preservation, however, as reported was not possible at the moment to measure this relation.

Keywords: Agrarian Reform. Public Policies. ATES.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Social
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NOs	Núcleos Operacionais
RS	Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização do Assentamento Ceres no município de Jóia.....	21
Figura 2	– Resposta dos alunos acerca da importância da preservação ambiental.....	26
Figura 3	– A: Preservação ambiental na escola. B: Preservação ambiental na comunidade.....	26
Figura 4	– A: Preservação ambiental no lote. B: Preservação ambiental no assentamento.....	28

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	- Entrevista com os alunos.....	36
Apêndice B	- Entrevista para as famílias assentadas.....	39
Apêndice C	- Entrevista com os professores da escola do assentamento.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa.....	11
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 Histórico da reforma agrária e a problemática enfrentada nos assentamentos rurais	13
2.2 A educação ambiental nos assentamentos da reforma agrária.....	15
2.3 O programa de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES)	17
3 METODOLOGIA	19
3.1 Caracterização da área de estudo	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
4.1 Pesquisa com os professores.....	23
4.2 Pesquisa com os alunos.....	25
4.3 Entrevistas com as famílias assentadas.....	28
4.4 Ações e metodologia utilizada durante o Programa de ATES	29
5 CONCLUSÕES	31
5.1 Sugestões para os próximos trabalhos	31
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
7 APÊNDICES	35

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental assume papel de relevância social, cultural, econômica, ecológica, e outras, em proporções cada vez mais alarmantes e nocivas à qualidade de vida da população urbana como rural, dessa forma a dimensão ambiental se coloca hoje como uma dimensão importante a ser considerada no desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, sendo que apenas no Rio Grande do Sul é ocupada uma área, considerada extensa, de 289.692,1470 ha com 12.617 famílias assentadas (BRASIL, 2011).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pelos Projetos de Assentamentos, é desafiado a incorporar tal dimensão em sua agenda de prioridades, com o objetivo de reverter situações críticas de degradação ambiental nas áreas dos assentamentos, além de responder às demandas legais assumidas frente aos órgãos de fiscalização ambiental.

As demandas referem-se às autuações emitidas ao INCRA por crimes ambientais em área pública, e os condicionantes presentes nas Licenças de Instalação e Operação emitidas aos projetos de assentamentos nos últimos anos, com o compromisso de regularizar ambientalmente todos os assentamentos (RIGO, 2012).

Rigo (2012), Dalbianco, Brito e Carmo (2010) relatam que a ênfase da intervenção extensionista nos assentamentos rurais sempre foi a produção agrícola, que se viabilizou principalmente por meio da elaboração e acompanhamento de projetos de crédito. As outras dimensões (sociais e ambientais) permanecem de maneira tímida nessas intervenções.

Assim com a implementação de programas de assessoria técnica que visam o desenvolvimento de diversos aspectos sociais e ambientais dos assentamentos, é que o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criado em 2004 pelo INCRA, como alternativa de apoio técnico aos agricultores assentados, para a condução e desenvolvimento de seus projetos produtivos, atribuindo assim maior destaque à dimensão ambiental.

Em 2009 foram contratados através de licitação, equipes técnicas para prestarem Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos do Rio

Grande do Sul. Com o objetivo de envolver aspectos inerentes ao projeto de assentamento, como capacitação, cooperação, serviços sociais, sistemas de produção, meio ambiente entre outros (BRASIL, 2008).

A assessoria técnica ambiental do programa da ATES visa cumprir as exigências estabelecidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) devido ao processo de licenciamento dos assentamentos (BRASIL, 2006).

Entre as exigências destaca-se a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), recuperação do solo (erosão e voçorocas), questões relacionadas à construção de açudes, a utilização do fogo, educação ambiental entre outras.

Para organizar os serviços de ATES, os assentamentos foram agrupados regionalmente, formando os Núcleos Operacionais (NOs), constituídos considerando as especificidades de cada região, como as características de clima e relevo e ainda a proporção de número de famílias/tamanho da equipe técnica (RIGO, 2012).

Os 334 assentamentos da reforma agrária presentes no RS foram distribuídos em 18 Núcleos Operacionais os quais são atendidos pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) (DALBIANCO; BRITO; CARMO, 2010).

O Núcleo Operacional 03 correspondente ao município de Jóia, RS conta com oito assentamentos atendidos pelos técnicos da EMATER/ASCAR.

A Educação Ambiental é trabalhada nos assentamentos a partir da promoção de cursos, palestras e oficinas de educação ambiental enfatizando conceitos de desenvolvimento sustentável, manutenção de qualidade ambiental e ecológica, noções sobre os códigos florestais e Áreas de Preservação Permanentes (APPs).

1.1 Justificativa

Dessa forma entendendo a demanda e a importância das questões bem como do cumprimento dos passivos ambientais para os assentamentos é que se justifica o esforço em descrever e pesquisar as ações de educação ambiental realizada pelos técnicos da EMATER/ASCAR, bem como os efeitos dessa junto às famílias

assentadas. Ressalta-se ainda que os projetos relacionados a ATES fazem parte de uma política pública, cujos recursos financeiros são contemplados no orçamento do INCRA.

A prática de avaliação de programas ambientais precisa ser difundida, a fim de aperfeiçoar procedimentos e técnicas aplicadas na educação ambiental avaliando o uso dos recursos públicos bem como o efetivo aprendizado dos assistidos por esses programas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Nesse contexto o objetivo geral da pesquisa visa avaliar os resultados do trabalho de educação ambiental da ATES realizado pela EMATER/ASCAR, RS no Assentamento Ceres do núcleo operacional de Jóia – RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar os resultados das ações de educação ambiental no dia a dia das famílias assentadas e dos alunos da escola através de questionários semiestruturados.
- Avaliar as práticas metodológicas empregadas pelos técnicos da EMATER nas ações de educação ambiental no Assentamento.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Histórico da reforma agrária e a problemática enfrentada nos assentamentos rurais

No ano de 1945 teve início a preocupação em relação à reforma agrária no Brasil, com a criação da Liga Camponesa, uma associação de trabalhadores rurais, que reivindicavam seus direitos sobre a terra. Em 1962 o governo brasileiro criou a Superintendência da Política Agrária com o objetivo de executar a reforma agrária, mas em 1964 foi sancionado o Estatuto da Terra dando seguimento à reforma agrária no país (BRASIL, 2012).

A partir desse ano houve o assentamento de famílias, a grande maioria por meio de projetos de colonização, programas de desenvolvimento regional que visava à ocupação de áreas de baixa densidade demográfica. No ano de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2012).

Segundo o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

A reforma agrária deve proporcionar na prática: a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a democratização das estruturas de poder e a promoção da cidadania e da justiça social (BRASIL, 2011).

Há muito tempo se discute a reforma agrária no país, com o propósito de acabar com esse processo excludente da concentração de terras. Mendes e Cavalcante (2011) relatam que cerca de 3% da população detém a posse de 2/3 das terras agricultáveis do País.

No Brasil a propriedade de terra sempre se constituiu em um importante fator econômico de produção, e para Kuleska (2008) há muito tempo a terra já era mantida sob o controle de poucos, gerando um violento processo de expropriação, onde se procurava garantir a propriedade da terra a qualquer custo.

Com a modernização agrícola, o aumento gradual da produtividade e exportação dos produtos, aumentou o número de trabalhadores ociosos no campo. Com pouca terra para produção, sem chance de competir no mercado agrícola cada vez mais moderno, os agricultores agora sem terra, sem moradia, sem alimentos saíram do campo e povoaram as periferias das grandes cidades (MENDES; CAVALCANTE, 2011).

No final da década de 70, com o esgotamento da ditadura militar, os sem terra se uniram a uma base social sobre a qual se ergueria o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Com a bandeira da luta pela reforma agrária no Brasil e com a vocação de ser um movimento de massa, realizando lutas de massa (STÉDILE, 1997).

Mendes e Cavalcante (2011) relatam que pós uma longa luta de resistência, veio o reconhecimento legal do direito a terra, transformando os acampamentos em assentamentos, cujo desafio torna-se firmar uma rentabilidade econômica e tirar o sustento da terra.

Segundo Dalbianco, Brito e Carmo (2010) a maior parte dos assentamentos da reforma agrária hoje está organizado politicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É através deste movimento que as famílias assentadas potencializam uma ampla pauta de reivindicação junto aos governos e entidades responsáveis pelo desenvolvimento dos assentamentos.

As políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais têm o objetivo de melhorar a qualidade de vida destes e estimular os agricultores a não abandonar as propriedades, incluindo obras de infraestrutura: implantação de redes de água, redes de energia elétrica, melhoria e construção de estradas, além de novos centros comunitários, galpões, pontes entre outros. Acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental nos assentamentos por profissionais contratados especificamente para isso (BRASIL, 2010).

Os assentamentos rurais representam uma possibilidade de melhoria nas condições de vida de agricultores, que com o acesso a terra, surgem novas

unidades de produção agrícola e a oportunidade da manutenção, com dignidade, dos estilos de vida desses agricultores (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013).

O assentamento é um espaço formado pelo sistema de relacionamento entre o homem e a natureza. Os processos de produção econômica são frutos dessa relação, na medida em que a natureza oferece matérias-primas e o homem, utiliza do seu trabalho, transforma essa matéria em objetos úteis que facilitam suas atividades (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013).

Andrade, Moreira e Moura (2013) relatam que os assentamentos são modificações no espaço, de acordo com o modo de ocupação diferenciada dos espaços rurais. Estes implantados em terras ociosas ou improdutivas modificam a realidade territorial e sua paisagem, com a criação de casas, cercas, plantações, escolas, postos de saúde entre outros.

Destacam-se ainda as atividades agrícolas realizadas por esses pequenos agricultores que apesar de se caracterizarem pelo baixo uso de tecnologias e insumos, geram graves impactos ambientais, a terra é arada bem com as construções já citadas anteriormente, além dos resíduos, lixos e dejetos produzidos que podem contaminar rios ou córregos próximos, a erosão do solo e assoreamento dos rios, queimadas para implementar a roça entre outros.

2.2 A educação ambiental nos assentamentos da reforma agrária

Machado (1998) relata que a preocupação com a conservação ambiental, apesar de presente no discurso das lideranças dos movimentos sem terras, muitas vezes não é partilhada pelos agricultores, que se dá pela carência de recursos e por hábitos e crenças anteriores.

Diversas questões referentes ao meio ambiente passam a fazer parte do cotidiano de um acampamento ou assentamento, desde a necessidade de derrubada de árvores para a construção dos barracos, desmatamentos para os plantios, o uso de maquinaria ou do fogo para o preparo das áreas de produção; o uso de água dos córregos, lagoas ou poços; o lixo espalhado a céu aberto e a caça de animais silvestres como fonte inicial de alimento (MACHADO, 1998).

Modificam-se ainda as condições originais que ganham contornos diferentes além da inserção de novas formas de lidar com o ambiente. Na demarcação das terras separam-se os espaços de exploração, de reservas obrigatórias e legais e áreas comuns ou comunitárias, construção de curvas de nível e estradas vicinais.

Dessa forma cabe ao estado através de políticas públicas a participação na construção dos assentamentos bem como do processo de socialização, crescimento econômico e valorização ambiental. Silva e Araújo (2008) explicam que os assentamentos, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “ponto de chegada” de um processo de luta pela terra, transformam-se em “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muita coisa precisa ser feita.

Dias (2004) coloca que os agentes governamentais, que formulam e implementam as políticas públicas, deixam sobressair a intenção de que o agricultor assentado deixe essa sua condição o mais breve possível, integrando-se, como agricultor familiar, aos mercados produtivos. Essa intenção norteia a construção de propostas que viabilizem a rápida consolidação e emancipação dos assentamentos. Revelando-se uma visão linear e evolutiva do processo de mudança social ao qual o agricultor é submetido como beneficiário de uma política pública. Tornando-se, na maioria dos casos, a integração econômica como objetivo principal da intervenção estatal.

Portanto, para Silva e Araújo (2008) a luta atual pela reforma agrária não é apenas pela democratização fundiária, que continua sendo fundamental. Mas, junto com ela, se estende a necessidade do acesso e controle social de outros recursos naturais como a água, as sementes, as florestas, além de tecnologias adequadas às características de cada região e acessível para produções em pequenas escalas.

Para Galvão (2006) a EA já é trabalhada nos assentamentos, e esta presente nas escolas, em encontros nacionais e regionais do movimento, surgida pela própria necessidade e realidade dos assentamentos, cujos problemas mais visíveis são a própria estrutura social, o desmatamento, o lixo, a poluição, as queimadas, os agrotóxicos e águas poluídas.

Para Streck e Essi (2013) que trabalharam a educação ambiental em assentamentos ficou evidente a importância de trabalhar e investir continuamente em educação ambiental, no âmbito formal ou não formal, principalmente através de projetos ou programas de longo prazo, visto que as ações pontuais e fragmentadas não têm surtido os efeitos desejados.

Apesar de transformações significativas estarem ocorrendo nas últimas décadas no meio rural, a visão predominante dos produtores ainda é a de que preservar a natureza é sinônimo de prejuízo econômico. Dessa forma, a preservação ambiental somente é levada a sério com a imposição de leis punitivas, pois a maioria dos agricultores não percebe o real benefício advindo desses processos.

Streck e Essi (2013) relatam que as mudanças de comportamento advindas de punições não possuem efeitos duradouros, muitas vezes ocorre o abandono da causa quando são encontradas brechas na lei ou quando há sua flexibilização.

Assim conforme Souza, Kelekom e Araujo (2011), a educação ambiental pode contribuir no campo, especialmente nas áreas de assentamentos rurais, provocando as mudanças necessárias para uma melhor prática produtiva e adequada à conservação dos recursos naturais.

2.3 O programa de assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES)

O programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), foi criado em 2004 pelo INCRA como uma alternativa de apoio técnico aos agricultores assentados, para a condução e desenvolvimento de seus projetos produtivos, a partir da Norma de Execução nº 39 do INCRA, de 30 de março de 2004, e de seu Manual Operacional, que estabelecem os procedimentos técnicos e administrativos para a implementação do programa.

Segundo o Manual Operacional da ATES (2004) compreende-se como atividades de ATES o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, continuada, pública e gratuita, voltado à promoção da igualdade entre homens e mulheres, construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável manual.

Segundo o Manual ATES (2004) entendem-se, também, como atividades de ATES, a participação nas ações de natureza multidimensional, em termos técnico-ambientais, econômicos, culturais e sociais, voltadas para a construção do processo de desenvolvimento dos projetos de assentamento, criados e reconhecidos pelo INCRA e a serem recuperados, segundo o contexto de desenvolvimento rural integrado, a envolver os diversos territórios e biomas, compreendidos pelos diferentes grupos sociais e culturais existentes no meio rural.

O ATES tem como objetivo envolver os diversos aspectos inerentes ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos, como crédito rural, capacitação, organização, infraestrutura, serviços sociais, sistemas de produção, comercialização, agroindustrialização e meio ambiente. E entre outros: a promoção da soberania e segurança alimentar; Formatos produtivos diversificados para geração de rendas; Ações de educação ambiental nas escolas existentes nos assentamentos (BRASIL, 2008).

Em 2004 a superintendência do INCRA no RS passou a executar as ações de ATES em todos os assentamentos federais estabelecendo convênios com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural para a prestação desses serviços.

Em 2008 houve uma mudança na modalidade de execução dos serviços de ATES, mediante estabelecimento de contrato entre o INCRA e as organizações de assistência técnica e extensão rural. Segundo Rigo (2012) o instrumento escolhido para formalização das ações foi a Licitação, modalidade concorrência pública do tipo Técnica e Preço, dado o nível de complexidade e a natureza do serviço de ATES. Para o INCRA – RS, o instrumento de contratação possibilitou ampliar a eficácia e eficiência do Programa.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho parte da perspectiva de trabalhar na escola e na comunidade uma abordagem quantitativa e qualitativa a partir de análises de fontes secundárias: documentos e relatórios, e através de fontes primárias a partir de questionários semiestruturados. Ludke (1986) afirma que a análise qualitativa: “trabalha todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, as observações, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”.

A análise de fontes secundárias se deu através de revisão bibliográfica sobre a Educação Ambiental e os Assentamentos da Reforma Agrária, documentos oficiais, relatórios e registros documentais da EMATER/ASCAR – RS.

Os dados coletados no desenvolvimento dessa pesquisa, de natureza primária, se deram por meio de observação e aplicação de questionários semiestruturado, pois na pesquisa qualitativa as entrevistas chegam a assemelhar-se a uma conversa e visam à reflexão, permitindo desta forma, aperfeiçoar os conhecimentos sobre fenômenos sociais complexos e relacionados (YIN, 2005).

Os sujeitos da pesquisa foram às famílias assentadas, os professores e os alunos de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental da Escola Conquista 16 de Outubro, os questionários foram padronizados. O motivo é segundo Marconi e Lakatos (2012) obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças sejam refletidas entre os respondentes e não nas perguntas.

O roteiro de questões para os alunos e as famílias assentadas (Apêndice A, B) constaram de 11 (onze) questões cada abordando assuntos sobre meio ambiente e as ações de educação ambiental promovidas pela EMATER através da Ates, foram realizada com 15 alunos de 7ª e 8ª série, e 5 famílias assentadas, também foram realizadas entrevistas com os professores da escola do Assentamento, Escola Conquista 16 de Outubro, onde participaram dois professores, totalizando, assim, 20 participantes, as questões encontram-se no Apêndice C.

Em relação aos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Conquista 16 de Outubro foram escolhidos dois professores para serem

entrevistados: o Diretor da escola e uma professora que sempre acompanha as atividades da escola. O motivo para a escolha desses docentes deu-se pelo fato dos mesmos terem um maior conhecimento da relação da escola com os assentados e da escola como um todo.

Com as famílias assentadas realizou-se, a partir de entrevista semiestruturada, um diálogo a respeito das questões ambientais e através de quem eles obtinham informações referentes a isso. Para a escolha das famílias a serem entrevistadas levou-se em conta a participação destas nas reuniões e encontros promovidos pela Emater, uma vez que, em diálogos informais com técnicos da Emater e pessoas da própria comunidade, foram revelados que em cada reunião não contabiliza 15 famílias dentre as 128 assentadas no Ceres, os dados das entrevistas e questionários foram transcritos, analisados e formulados os gráficos.

Compondo o método, a observação direta visou presenciar o fato, do qual não se participa e que se efetivou no prazo de dois dias na escola e na comunidade, onde permitiu perceber as práticas do dia a dia em relação à preservação do meio ambiente, na escola Conquista 16 de Outubro e no Assentamento Ceres, e seus aprendizados a cerca da educação ambiental promovida na comunidade.

3.1 Caracterização da área de estudo

O Núcleo Operacional de Jóia e composto por oito assentamentos, todos no município de Jóia, sendo seis federais: Santa Tecla, Barroca, Ceres, Rondinha, Tarumã e Simon Bolivar e dois estaduais: Novo Amanhecer e Trinta e Um de Maio.

O espaço geográfico do núcleo é ocupado por 663 famílias assentadas, distribuídas pelo parcelamento das terras em pequenos lotes.

Entre as empresas contratadas, destaca-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ASCAR – RS) responsável pela área do presente estudo, Rigo (2012) a descreve como uma das empresas que mais atuou em projetos de assentamento da reforma agrária entre os anos de 1985 e 1996, a qual fez parte ainda da ala de frente que combatia o modelo agrícola preconizado pelo período da modernização conservadora da agricultura despontando no trabalho de extensão para os assentamentos da reforma agrária no Estado.

O Assentamento Ceres foi criado em dezembro de 1996, com área total registrada de 1951,66 hectares, localiza-se a sete quilômetros do perímetro urbano do Município de Jóia, numa área de transição do Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica, respectivamente formada por savana-estépica do tipo gramíneo-lenhosa. Hoje a vegetação natural ocupa apenas 6,3% do total da área distribuído em pequenas parcelas nos lotes. Cerca de 14% da área é mata virgem que faz parte da reserva legal e o restante da vegetação é ocupada pela agricultura.

Os recursos hídricos presentes no assentamento são os arroios Lajeado Bonito e Lajeado Grande. Há cerca de 98 nascentes, estas que estão desprotegidas de vegetações nativas e ficam abertas ao acesso de animais e dos cultivos. Além desses recursos, o assentamento conta com 14 açudes para consumo dos animais e criação de peixes (MENDES, 2010).

Na área atualmente residem 128 famílias, a área média dos lotes é de 15 hectares, conta com uma infraestrutura considerada boa, composta por: casas de alvenaria com energia elétrica, o abastecimento de água é de poço artesiano e em torno de 50 famílias são abastecidas de água proveniente de vertentes.

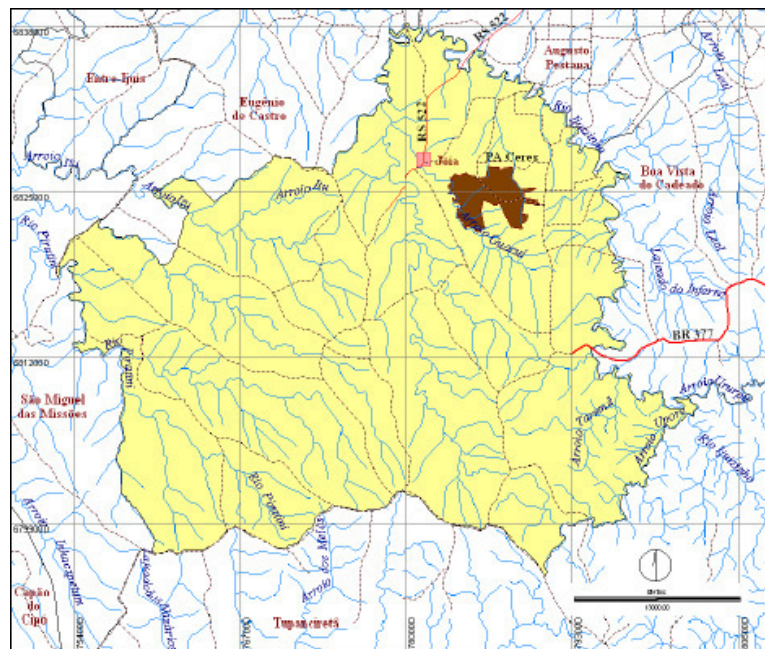


Figura 1 – Localização do Assentamento Ceres no município de Jóia

Fonte: INCRA – RS. Relatório Ambiental do Projeto Assentamento Ceres. Porto Alegre, INCRA, 2007. In: Mendes, 2010.

O Assentamento Ceres apresenta uma das produções mais diversificadas do município, onde sua principal produção é leite, soja e milho. Algumas famílias iniciaram a produção de amendoim, feijão e pipoca com o objetivo de melhorar a renda familiar. A produção de leite abrange a maioria das famílias, que além do rebanho leiteiro, criam outros animais como bovinos para corte, ovelhas, suínos, aves, equinos que atendem as necessidades da família e geram renda ao serem comercializados.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Conquista 16 de Outubro, do assentamento Ceres atende toda demanda de ensino fundamental do assentamento. Os alunos do ensino médio são deslocados com transporte escolar até a cidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas e os questionários realizados no mês de outubro de 2013 evidenciaram um quadro de significativas expectativas e respostas aos questionamentos. Evidenciando as percepções do grupo pesquisado, ou seja, a interação do indivíduo com o seu meio.

4.1 Pesquisa com os professores

Primeiramente foram entrevistados dois professores, os quais responderam espontaneamente, demonstrando satisfação em contribuir para a presente pesquisa sobre educação ambiental.

Ao perguntar sobre a importância da preservação do meio ambiente os mesmos expressaram opiniões semelhantes destacando a importância e externalizando o uso sustentável dos recursos naturais pelas presentes gerações. As informações obtidas por eles referente às questões de preservação ambiental, vêm da legislação ambiental brasileira, conforme respondido, o que demonstra um relativo conhecimento das questões ambientais, justificado pela formação acadêmica, sendo que um dos entrevistados atualmente cursa pós-graduação, e a outra apresenta longo tempo de serviço na área da educação.

Quando questionados sobre a responsabilidade de cuidar do meio ambiente relatam que cada pessoa é responsável em fazer a sua parte. Freitas (2006) diz que a expansão da consciência ambiental dá-se na exata proporção em que se percebe o ambiente como algo que começa dentro de cada um, alcançando tudo o que cerca o indivíduo e as relações que este estabelece com o universo. Em suma, todos sabem da importância da preservação do meio ambiente, mas permanecem na inércia aguardando que as iniciativas de preservação partam de outras pessoas ou agentes.

Durante a entrevista observou-se que o principal problema enfrentado no Assentamento Ceres é o lixo, conforme relata um dos professores entrevistados:

“Não há coleta de lixo aqui. Na escola os restos de alimentos são jogados na horta e o lixo seco é levado uma vez na semana, por algum professor até a lixeira mais próxima, na cidade”.

No Brasil o problema do lixo se agravou nos últimos anos com o advento da “cultura descartável”, onde a comodidade de consumir produtos de fácil descarte fez com que os lixões e aterros passassem a receber um volume maior de resíduos diariamente, atingindo tanto a população urbana como a rural (MORAIS; FILHO, 2008).

No caso específico dos moradores rurais sem o atendimento adequado eles se utilizam de diversas maneiras para se livrar do lixo produzido em casa e na produção agrícola, como as queimadas ou aterrando em grandes valas. O que acarreta a contaminação dos lençóis freáticos, a degradação do solo, além de doenças para a população e seus animais (SILVA, 2012).

Quando questionados a respeito das ações de educação ambiental realizadas pelos técnicos da EMATER junto à escola, aos alunos e as famílias assentadas, os docentes relatam o descontentamento com esses, acreditam que foram poucas as atividades e as visitas eram realizadas apenas uma vez ao mês. Questionaram ainda a forma pouco didática das intervenções realizadas pelos técnicos, dissertando que cada aluno tem seu tempo de aprendizagem, e que para isso precisam passar por um longo processo de aprendizagem, bem como por um longo processo de ensino.

Segundo Silva (2009) o tempo da aprendizagem é um tempo do aluno, um tempo determinado por uma série de acontecimentos em um sujeito específico. Porém, para Silva (2012), o professor já não é mais o indivíduo habilitado apenas em dar aulas, pois ministrar aulas não representa mais tática fundamental de aprendizagem. A tarefa fundamental é socializar conhecimento, disseminar informações e culturas, não só transmitindo, mas reconstruindo. A aprendizagem é sempre acontecimento de reconstrução social e política, e não é só reprodutivista, pois tem o compromisso de fazer o aluno aprender através do conhecimento e da prática.

Caporal e Ramos (2007) relatam que os extensionistas apresentam dificuldades para transmitir suas informações técnicas, para usar uma linguagem que tenha significado para os agricultores.

Os professores relatam ainda que embora estas atividades de educação ambiental sejam propostas esporadicamente, consegue-se perceber mudanças na aquisição de novas atitudes nos alunos quando expressam “que eles descartam o lixo corretamente, tanto na sala de aula como no pátio da escola” e que no entendimento em geral relacionado à preservação ambiental relatam que “tiveram uma grande evolução desde a época do início do assentamento, e não só com os alunos é percebida essa mudança, com as famílias também”.

Isso reflete a aprendizagem por parte dos alunos, evidenciando que as práticas adotadas nos encontros dos técnicos da Emater com os alunos podem ter surtido algum efeito, o que não se pode garantir uma vez que neste estudo não se leva em consideração uma possível prática de educação ambiental por parte da própria escola e professores.

Outra questão abordada pelos professores da referida escola, é a pouca participação das famílias durante os encontros e reuniões promovidas.

4.2 Pesquisa com os alunos

Trabalhou-se com alunos de 7^a e 8^a séries, do Ensino Fundamental no turno da manhã, com faixa etária em média de 12 a 15 anos de idade. Foram aplicados questionários a todos os alunos destas séries, totalizando 15 questionários.

As primeiras questões da entrevista com os alunos questionavam a importância e a necessidade de ações de preservação do meio ambiente e constatou que nestes há o entendimento sobre o assunto, sendo que todos responderam que sim, que é importante e que são necessárias ações e atitudes de preservação ambiental.

Constatou-se também que a preservação ambiental, para 47% dos alunos, é importante para que se viva em um mundo melhor, porém, para 33% deles é importante para que se possa garantir a sobrevivência do ser humano conforme mostra a Figura 2.

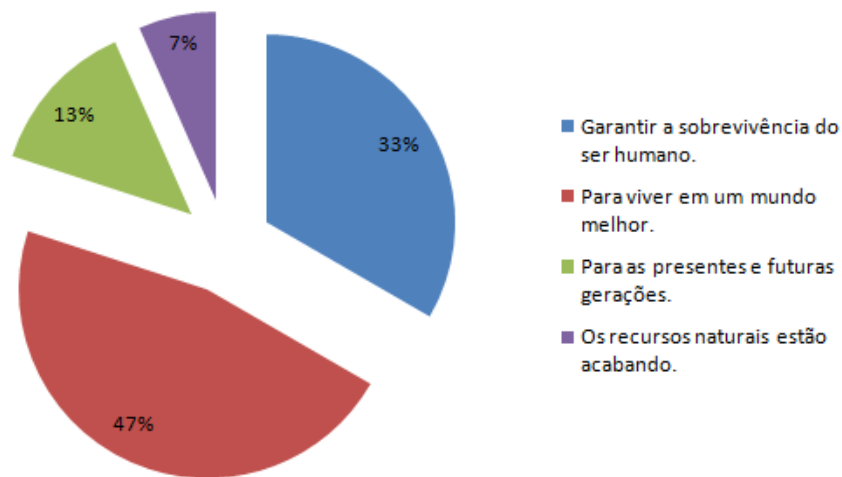


Figura 2 – Resposta dos alunos acerca da importância da preservação ambiental

A preservação ambiental na escola é considerada como boa por mais da metade dos alunos, a outra parte, 22%, define-a como sendo pouca e que precisa ser melhorada, alguns acreditam que a preservação na escola encontra-se em crise. Na comunidade a preservação é considerada boa, porém, 22%, acreditam que está ruim e 21% não souberam responder, conforme mostra a figura 3.

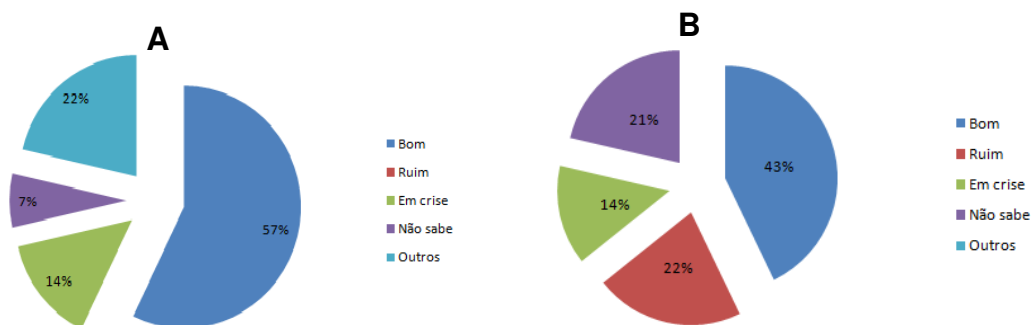


Figura 3 – A: Preservação ambiental na escola.
B: Preservação ambiental na comunidade

Entre os alunos entrevistados 66,7% acreditam que utilizar os recursos naturais de maneira adequada é a ação mais importante para preservar o meio ambiente.

Quando questionados sobre o destino do lixo em sua propriedade 66% dos alunos responderam que o lixo é colocado em um buraco no solo, aproximadamente metade destes aproveitam os restos alimentares, geralmente são usados na alimentação de animais domésticos e 6,66% das casas o lixo seco é queimado.

Esta alternativa oferece uma série de riscos não só para o agricultor, mas também para o ambiente. Mesmo sendo proibida por lei a queimada ainda é adotada em muitas propriedades. De acordo com o IBGE (2010), essa alternativa cresceu cerca de 10%, no ano de 2000 com 48,2% para 58,1% em 2010. Já o descarte de lixo em terreno baldio, que era adotada por 20,8% nos domicílios rurais, caiu para 9,1%, isso devido ao aumento do serviço de coleta.

Quando indagados sobre a importância das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na manutenção dos rios, 73,33% dos alunos responderam que é importante para preservar a qualidade da água, solo e ar. São áreas estratégicas de alta fragilidade ambiental, as APPs exercem importante papel na preservação de mananciais e recursos hídricos para garantir a estabilidade climática, a proteção do solo e o fluxo gênico da fauna e da flora (OKUYAMA *et al.*, 2012).

O incentivo à preservação de APPs em assentamentos se faz necessário, pois quando a conservação ambiental é levada em consideração, surge um aliado da produção e da qualidade de vida, em vez de um empecilho (STRECK; ESSI, 2013).

Em relação ao trabalho da Emater, 20% dos alunos disseram que foi suficiente e 60% acreditam que precisa dar continuidade. Diante disso mostra-se o conhecimento da importância dada pelos alunos às questões de preservação e proteção ambiental bem como sugere que ambos não estão totalmente ativos nas questões de preservação, porém sentem a necessidade de continuar aprendendo.

A escola é o espaço social e o local ideal para promover aprendizagens voltadas para a formação de atitudes que preservem o meio ambiente (SILVA, 2012).

É preciso incentivar na escola o desencadeamento de reflexões sobre as questões ambientais para além de suas dimensões biológicas, químicas e físicas, mas como questões sócio-políticas, a educação ambiental se caracteriza como um saber transversal e uma dinâmica voluntarista e periférica ao sistema escolar (CARVALHO, 2000).

4.3 Entrevistas com as famílias assentadas

As perguntas foram respondidas por cinco famílias de produtores rurais assentados e quando perguntados sobre a importância e a necessidade de ações de preservação do meio ambiente todos responderam que sim, que é importante e que são necessárias ações e atitudes que preservem o meio ambiente.

Entre as famílias entrevistadas, duas relatam acreditar que é importante preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, as demais diferiram suas respostas alegando que a preservação ambiental se dá porque é necessário cuidar dos animais e da natureza e que não é só pela utilização dos recursos naturais mas pela proteção em si.

Em relação à preservação ambiental de seus respectivos lotes, quatro dos cinco entrevistados disseram que está boa, já no assentamento como um todo, três acreditam que está boa, uma acredita estar em crise e outra diz que está mais ou menos, conforme mostra a Figura 4.

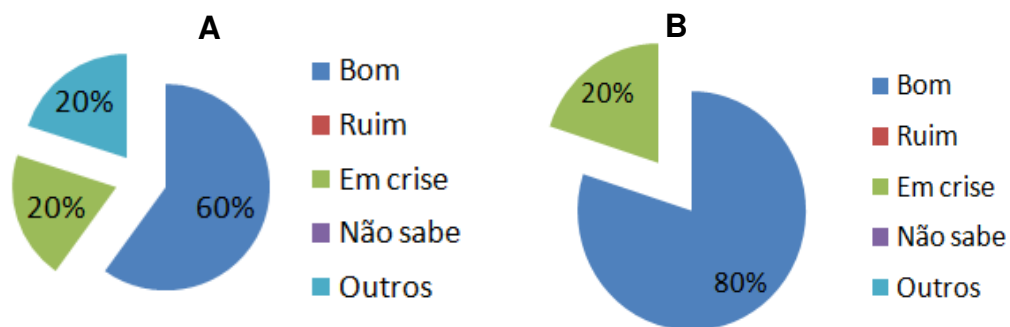


Figura 4 – A: Preservação ambiental no lote. B: Preservação ambiental no assentamento

A maioria do conhecimento sobre o meio ambiente e a preservação deste nas famílias é oriundo dos técnicos da Emater, porém há quem diz que é uma questão muito comentada por todos atualmente, como relatado por uma das famílias entrevistadas.

Todos relataram a participação em encontros que tratam da questão ambiental e que o tema principal foi a preservação dos recursos naturais, além de

questões específicas do assentamento como construções das casas, verbas, questão organizacional da cooperativa de assentados, entre outros.

A promoção destes encontros ficou a cargo da Emater, mas a maioria dos entrevistados acredita que esses trabalhos/encontros precisam ter continuidade, porém com mais presença dos técnicos na comunidade, bem como certa fiscalização por parte desses.

Conforme relato de um dos entrevistados:

“Eu tenho no meu lote nascentes de água, fui informado pelo João (nome fictício do técnico) que tenho que cercá-las e não posso deixar as vacas lá, mas vou deixando enquanto ele não vim na minha casa e me mandar cercar eu não vou cercar”.

De certa forma, na compreensão de algumas famílias assentadas, a Emater tem função de fiscalizar, o que não é verdade, a função deles no assentamento é prestar assistência técnica, social e ambiental às famílias assentadas, até porque o poder de fiscalizar compete aos órgãos ambientais e ao INCRA.

Conforme relatado acima por Streck e Essi (2013) a preservação do meio ambiente somente é levada a sério com a imposição de leis punitivas, nesse caso representado, através da fiscalização por parte dos técnicos, os Autores relatam ainda que essas mudanças de comportamento advindas de punições não apresentam efeitos duradouros.

Em relação às ações realizadas pelas famílias nas propriedades, que acreditam auxiliar na proteção do meio ambiente, destacam-se além do plantio de mudas de árvores, o cuidado com o solo e a preservação da fauna. Alegam ainda que não há a caça de animais na área do assentamento, o uso de madeira e lenha pelas famílias se dá pela retirada de árvores mortas do mato que é a Reserva Legal.

4.4 Ações e metodologia utilizada durante o Programa de ATES

Anualmente é elaborado um Plano Ambiental das ações a serem desenvolvidas nos Assentamentos do Núcleo Operacional de Jóia (dados não publicados). Segundo o Plano Ambiental a metodologia utilizada nas ações de

educação ambiental baseou-se nas experiências dos técnicos envolvidos de forma a contemplar a socialização dessas experiências, seguida por orientações a cerca dos problemas enfrentados pelos agricultores.

Outro método utilizado, segundo o mesmo Plano Ambiental, é onde o grupo de interesse ou a comunidade escolhe um local (lote) para se tornar uma Unidade Pedagógica de Referência Ambiental (UPRA), onde haverá sucessivos encontros, com o objetivo de discutir o princípio do funcionamento dos sistemas de produção sustentável, as potencialidades, dificuldades enfrentadas pelas famílias sempre abordando aspectos relacionados à preservação e legislação ambiental.

As ações promovidas pela Emater/Ascar no projeto da ATES nos Assentamentos da Reforma Agrária no Município de Jóia são relatadas em relatórios anuais encaminhados ao Incra (relatórios não publicados).

Quando se tratou de ações de educação ambiental, o Relatório Ambiental de 2012 demonstrou as diversas ações realizadas: oficinas, encontros e conversas com grupos de famílias para a socialização do conhecimento e aplicação prática em seus lotes. Observa-se ainda, no relatório, além dos encontros coletivos, visitas individuais com as famílias no seu respectivo lote, com a finalidade de elaborar projetos técnicos de licenciamento e autorizações ambientais aproveitando o espaço para abordar questões relativas à legislação ambiental, o que pode e não pode fazer relacionado às APPs e as áreas de Reserva Legal.

Como detalhado no Relatório, as ações de capacitação de jovens escolares se deu por meio de um cursinho de Gestão Rural com o objetivo de buscar uma nova consciência e entendimento do ambiente, ações de sensibilização e gestão de recursos naturais como o solo, água e vegetação por meio de palestras também foram realizadas.

5 CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa, com o intuito de avaliar a educação ambiental prestada pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária no assentamento Ceres através da Emater, permitiu afirmar que as ações de educação ambiental no dia a dia dos alunos são considerados bons devido, à maioria das respostas das questões condizerem e relacionarem com a preservação ambiental, porém, não foi possível mensurar esta relação.

Junto às famílias, os resultados foram considerados bons, uma vez que, há o conhecimento sobre as questões ambientais, porém, observando-se que na prática efetivamente as famílias não levam muito em conta, acredita-se que isso ocorre devido aos grandes problemas ambientais enfrentados no assentamento: o lixo e o descuido com nascentes de água, citados anteriormente.

As práticas metodológicas utilizadas nas ações de educação ambiental no Assentamento Ceres concordam com a maioria das práticas comumente utilizadas na educação informal em todo o Brasil.

5.1 Sugestões para os próximos trabalhos

Devido à importância de se avaliar projetos e políticas públicas, sugere-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema como, por exemplo, as relações estabelecidas entre as atividades desenvolvidas nos assentamentos e as concepções e práticas das famílias assentadas.

Mensurar o aprendizado dos alunos frente ao conhecimento repassado pela Emater, bem como alternativas que viabilizem uma maior participação da comunidade de Assentados nas ações de educação ambiental.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. A. X.; MOREIRA, D. C.; MOURA, R. A. **O papel da organização social e ambiental nos assentamentos rurais**. 2013. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=31&acao=exibir>>. Acesso em: 20/10/2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília, 1964.

BRASIL. **Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em assentamentos de reforma agrária**. Brasília: MDA/INCRA, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria técnica ambiental e social**: manual operacional. Brasília: MDA/INCRA, 2008.

BRASIL. **Portal Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/reforma-agraria-altera-uso-e-posse-de-terras>>.

BRASIL. **Relação de projetos da reforma agrária**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. 2007. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/pdf>>. Acesso em: mar. 2010.

CARVALHO, I. C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-65.

DALBIANCO, V. P.; BRITO, A. S.; CARMO, L. E. A. O processo de construção e elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul. In: **VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, Recife, PE, 2010.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

FREITAS, M. Educação ambiental e/ou educação para o desenvolvimento sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 41, p. 133-147, 2006.

GALVÃO, M. N. C. **Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST**. 2006. 342p. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual operacional de ATES 2004**: norma de execução n. 39, de 30 de março de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 8 maio 2004.

KULESKA, W. A. Reforma agrária e educação ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 89, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. M. B. Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, 1998.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, M. F.; CAVALCANTE, L. V. **Noções de educação ambiental nos assentamentos do MST**. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=974&class=02>>. Acesso em: 20/10/2013.

MENDES, N. L. G. **A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Jóia**. 2010. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2010.

OKUYAMA, K. K. *et al.* Adequação de propriedades rurais ao código florestal brasileiro: estudo de caso no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 16, n. 9, p. 1015-1021, 2012.

SILVA, A. G.; ARAÚJO, J. P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, p. 103-127, jan./jun. 2008.

SILVA, E. A. C. **Desafios e possibilidades da educação ambiental no contexto da urbanização**: o caso da Escola Ruy Paranatinga Barata – Paraíso dos Pássaros, Belém/Pará. 2012. Dissertação (Mestrado), Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém do Pará, 2012.

SILVA, J. A. O sujeito psicológico e o tempo da aprendizagem. **Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel**, Pelotas, (32):229-250, jan./abr. 2009.

SOUZA, V. M.; KELEKOM, A.; ARAUJO, J. A educação ambiental: conceitos e abordagens pelos alunos de licenciatura da Universidade Federal Fluminense. **Revista UNIARA**, v. 14, n. 1, jul. 2011.

STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

STRECK, T. M.; ESSI, L. Áreas de preservação permanente e reserva legal: experiência em educação ambiental envolvendo famílias de produtores rurais. **REGET/UFSM**, v. 14, n. 14, p. 2832-2838, set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. 8. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2012.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista com os alunos

1. O que acha sobre a preservação do meio ambiente?

Importante

Não é importante

Outros _____

2. É importante por quê?

Os recursos naturais estão acabando

Para garantir a sobrevivência do ser humano

Para as presentes e futuras gerações

Para vivermos em um mundo melhor

Outros _____

3. E como esta a preservação ambiental aqui na escola?

Bom

Ruim

Em crise

Não sabe

Outros _____

4. Como esta a preservação ambiental aqui comunidade?

Bom

Ruim

Em crise

Não sabe

Outros _____

5. No seu entendimento são necessárias ações (atitudes) de preservação do meio ambiente?

Sim

Não

Tanto faz

Outros _____

6. Quais ações são importantes para preservar o meio ambiente?

Reduzir a produção de lixo

Obedecer à legislação ambiental vigente

Utilizar os recursos naturais de maneira adequada

Outros _____

7. Você se preocupa com a quantidade de lixo que produz?

Sim

Não

Outros _____

8. Você separa seu lixo em casa?

Sim

Não

Parcial

Total

Outros _____

9. Qual o destino do lixo em sua propriedade?

Tudo é jogado em um buraco no solo

O lixo seco é coletado pela prefeitura

Os restos de alimentos são aproveitados (composteira/alimentação animal)

Outros _____

10. Em relação às Áreas de Preservação Permanentes, qual a importância na manutenção dos rios?

Não tem importância nenhuma

Preservar a qualidade da água, solo e ar

Preservar as espécies da fauna e flora

Não sabe responder

Outros _____

11. Nos trabalhos realizados com os técnicos da Emater sobre a preservação ambiental foi suficiente?

Sim

Não

Em parte

Precisa dar continuidade

Outros _____

Apêndice B – Entrevista para as famílias assentadas

1. O que acha sobre a preservação do meio ambiente?

Importante

Não é importante

Outros _____

2. É importante por quê?

Os recursos naturais estão acabando

Para garantir a sobrevivência do ser humano

Para as presentes e futuras gerações

Para vivermos em um mundo melhor

Outros _____

3. E como esta a preservação ambiental aqui onde vocês vivem no lote?

Bom

Ruim

Em crise

Não sabe

Outros _____

4. Como esta a preservação ambiental aqui onde vocês vivem no assentamento?

Bom

Ruim

Em crise

Não sabe

Outros _____

5. No seu entendimento são necessárias ações (atitudes) que preservem o meio ambiente?

Sim

Não

Tanto faz

Outros _____

6. Da onde você obtém informações sobre o meio ambiente/preservação ambiental?

Rádio

Pessoas conhecidas

Movimento social

Emater

Prefeitura

Outros _____

7. Você participou de ações: reuniões () , atividades () , palestras () encontros () que tratassem do tema meio ambiente?

Sim

Não

Outros _____

8. Sobre o que foi tratado nessas ações?

A preservação dos recursos naturais (solo, água e vegetação)

A legislação ambiental

O uso das áreas de preservação permanente

Outros _____

9. Quem promoveu essas reuniões/encontros, atividades?

Emater

Prefeitura

Movimento social

Outros _____

10. Nos trabalhos realizados com os técnicos da Emater sobre a questão ambiental foi suficiente?

Sim

Não

Em parte

Precisa dar continuidade

Outros _____

11. O que você faz na sua propriedade que acredita auxiliar na proteção do meio ambiente?

Apêndice C – Entrevista com os professores da escola do assentamento

1. O que acha sobre a preservação do meio ambiente?

Importante

Não é importante

2. Da onde você obtém informações a respeito da preservação ambiental?

Rádio

Pessoas conhecidas

Movimento social

Emater

Prefeitura

Outros _____

3. Em sua opinião, qual o principal responsável pela proteção ao meio ambiente?

A população em geral

O governo

Organizações Não-Governamentais de Defesa do Meio Ambiente (ONGs)

Outros _____

4. Nos itens relacionados a seguir assinale o principal problema ambiental enfrentado no assentamento:

Poluição da água

Lixo

Poluição do ar

Esgoto não tratado

Uso abusivo dos agrotóxicos

Desmatamento

Outros _____